

A Estratégia é, simultaneamente, uma ciência e uma arte: ciência no conhecimento e arte na aplicação.

Como refere o General Cabral Couto, a Estratégia enquanto uma das ciências informadoras da Política, “estabelece conceitos de ação, concebe doutrinas de preparação e de conduta da ação e indica à Política os tipos de meios e processos mais adequados para se atingirem os objetivos fixados pela Política e os recursos necessários para o efeito”.

O reconhecimento da importância da Estratégia levou mesmo a que muitos autores a considerem como um ramo da ciência política. O Professor Adriano Moreira entende-a como uma ciência auxiliar do estudo das relações internacionais e da política internacional, que de resto tem merecido acolhimento no contexto dos congressos nacionais e internacionais de Ciência Política.

Independentemente dos diferentes conceitos de estratégia que os diversos autores clássicos e contemporâneos têm formulado, parece consensual: que a sua finalidade é a consecução de objetivos políticos de uma determinada unidade política (ou organização), através do desenvolvimento e utilização das suas forças morais e materiais; que a sua execução estende-se a todos os setores de uma unidade política; que o seu papel é permanente, pelo menos enquanto elemento informador da Política. No fundo, a Estratégia é um instrumento essencial ao serviço das inteligências e das vontades políticas.

Em Portugal têm sido publicados vários estudos sobre esta temática, indo desde a dimensão exclusivamente conceitual à dimensão empírica da estratégia, existindo um número não muito amplo – mas relevante – de especialistas com pensamento próprio que questionam alguns dos preceitos do *mainstream* internacional dos estudos estratégicos.

Tendo em consideração que Portugal dispõe de um corpo identificável de militares, académicos e investigadores dedicados à teorização e aplicação da estratégia nas suas diversas dimensões e tipos, a revista *Nação e Defesa* não pode deixar de refletir, ciclicamente, o tema e a disciplina da Estratégia. É o que se faz no presente número, o último de 2013, justamente o ano em que foi aprovado o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, para o qual muito contribuíram alguns dos que aqui colaboram.

Nesse sentido, optou-se por pedir a colaboração de dois autores nacionais de referência neste domínio disciplinar: os Generais Cabral Couto e Loureiro dos Santos. Paralelamente, foi lançado um *call for papers*, a partir do qual foi selecionada a maioria dos contributos escritos que aqui reunimos. Trata-se de artigos que abordam uma ou mais áreas da estratégia, desde a sua dimensão conceptual à sua dimensão empírica, da evolução histórica da Estratégia, ao pensamento estratégico, passando pela cultura estratégica e pelos novos desafios que ela enfrenta. Assim, colaboram também neste dossiê Bruno Cardoso Reis, António Paulo Duarte, António Horta Fernandes, Felipe Pathé Duarte, José Pedro Teixeira Fernandes e Carlos Manuel Gervásio Branco.

Na secção extra-dossiê releva-se a comunicação do Professor António Barreto, intitulada “Uma Reflexão sobre a Reforma do Estado”, efetuada aquando da sessão solene de abertura do ano académico de 2013-2014 do Instituto da Defesa Nacional, realizada em 6 de novembro. Trata-se, como é bom de ver, de um intelectual de créditos firmados e de um assunto da maior atualidade, para o qual o IDN tem contribuído e vai continuar a contribuir, quer através de relatórios e *policy papers*, quer por intermédio de iniciativas de divulgação que promovam o debate crítico e qualificado deste tema junto de vários setores da sociedade portuguesa.

Esta secção conta ainda com dois artigos sobre segurança energética, um de Ruben Eiras, sobre a CPLP, e outro de Graça Ermida e José Pedro Teixeira Fernandes, centrado na Turquia e União Europeia, e outro subordinado ao tema da geopolítica, assinado por Marisa Fernandes.

Vitor Rodrigues Viana